

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Sirlei PITTERI *

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada na região da Nova Alta Paulista, estado de São Paulo, cujo objetivo foi a identificação de elementos que permitissem analisar as possibilidades de desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos municípios, face às transformações que vêm ocorrendo no cenário das cidades e regiões, decorrentes das reformas da gestão pública do Brasil. As análises se ocupam em identificar se existe convergência entre os processos de descentralização pública, dos novos arranjos distributivos de receitas aos municípios, do movimento intenso de criação e emancipação e da viabilidade econômica sustentável dos mesmos nos médio e longo prazos.

Palavras-chave: descentralização pública, criação e emancipação de municípios, desenvolvimento econômico sustentável, pequenas cidades.

Abstract

The aim of this article is to present the results of survey carried out in Nova Alta Paulista region, São Paulo State, which is about identifying elements that would allow the analysis of sustainable economical development potential for small townships of São Paulo State, within current scenario of transformations of cities and regions due to reforms in Brazil's public management. Reviews are about identifying whether there is convergence between public decentralization processes, the new township's revenue distributive organization, the intensive activity of creation and emancipation of townships, and their sustainable econo-

mic feasibility in the medium and long-term.

Key words: public decentralization, creation and emancipation of townships, sustainable economical development, small townships.

Introdução

A reforma da gestão pública no Brasil vem transformando profundamente o cenário político, econômico e social do país, por sua abordagem redemocratizante que reordena os papéis do governo e da sociedade civil, nos processos decisórios políticos e administrativos. Apesar dos efeitos da reforma se tornarem visíveis para a sociedade somente a partir de meados da década de 1990, o início do processo está associado à promulgação da Constituição Federal de 1988. O principal eixo da reforma está amparado na descentralização da administração pública, que conferiu aos municípios maior autonomia nas decisões, mas também maiores responsabilidades, exigindo dos governos locais uma nova atitude na sua gestão visto, cidades, que passaram a ter *status* de unidade da Federação, dotado de autonomia política, administrativa, financeira e normativa.

Uma das principais mudanças que favoreceu a ampliação da autonomia municipal foi o novo arranjo tributário. Embora a descentralização fiscal tenha se iniciado um pouco antes, mais precisamente na me-

tade da década de 1970, a Constituição formalizou as regras sobre os repasses e as competências tributárias de estados e municípios. (TOMIO, 2002, p.62). As regras sobre tais repasses levam em conta basicamente o número de habitantes nas cidades e o processo tem sido duramente criticado por especialistas, em função de algumas contradições e seus efeitos, principalmente sobre a dinâmica econômica e social das cidades.

O intenso movimento de criação e emancipação de municípios no Brasil na década de 1990 também pode ser associado ao processo redemocratizante brasileiro. Atribuiu-se tal intensidade a uma demanda reprimida no Regime Militar (1964-1985), cujas características centralizadoras e antidemocráticas inibiram esse movimento. No período aproximado de dez anos, houve um aumento de 2.766 para 5.506 municípios no Brasil, sendo que no estado de São Paulo surgiram 73 novas unidades. Atualmente, a criação e emancipação de municípios estão suspensas e a lei que regulamenta a matéria encontra-se em análise no Congresso a fim de se refinar os critérios e processos adotados.

A maioria dos especialistas acredita que este intenso movimento municipalista esteja diretamente relacionado ao novo arranjo tributário e fiscal, pelo fato de que os coeficientes de distribuição favorecem municípios de população menor. Assim, quanto menor o município,

* Sirlei Pitteri, Consultora Empresarial, Mestranda em Administração pela Universidade IMES de São Caetano do Sul - SP, licenciada em Física pela Universidade de São Paulo - SP, Especialista em Administração de Empresas pelo Programa Citimaster do Citibank-SP, Professora universitária de Planejamento Estratégico em cursos de graduação na Universidade Bandeirantes de São Paulo-SP. email: sirlei_pitteri@uol.com.br.

melhor a relação recursos financeiros x demandas sociais. Em síntese, a questão que se coloca é se os movimentos econômicos e políticos que ocorrem nos pequenos municípios são convergentes com os objetivos de viabilidade econômica sustentável dos mesmos nos médio e longo prazos.

Identificar elementos que contribuam para análises futuras sobre as possibilidades de desenvolvimento sustentável dos pequenos municípios decorrentes dos processos de descentralização pública é o objeto desse estudo. A relevância de um estudo, como esse, se justifica pelo fato que, dos 5.506 municípios brasileiros, 83% (4.587) possuem até 30 mil habitantes e, juntos, abrigam quase um terço da população brasileira (47 milhões)¹. A taxa de urbanização média dessas pequenas cidades é de 57%, o que lhes confere características eminentemente rurais e sugerem uma baixa tendência à sustentabilidade econômica na sociedade moderna. (BRAGA e PATÉIS, 2003, p. 14).

Os pequenos municípios paulistas apresentam uma distribuição um pouco diferente da média brasileira. Dos 645 municípios paulistas, 73% (474) possuem até 30 mil habitantes e concentram apenas 12% (4,6 milhões) da população do estado. A taxa de urbanização dessas cidades é, em média, 80%, o que representa uma tendência maior para a sustentabilidade que a média brasileira, mas ainda distante da média do estado de São Paulo, que é 93%². (IBGE, 2000).

Para se identificar elementos que possibilitem analisar o desenvolvimento sustentável dos pequenos municípios paulistas, foi selecionada uma região do Oeste do Estado, composta por 31 pequenas cidades, para uma pesquisa exploratória em uma das cidades da região com população de 30 mil habitantes. A metodologia utilizada foi pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com autoridades, políticos, formadores de opinião e moradores de Osvaldo Cruz. Os dados coletados e as entrevistas foram estruturadas no sentido de se encontrar elementos que possam convergir para

“ Que tipo de ações um governo local pode estar implementando para favorecer o desenvolvimento sustentável? ”

responder as perguntas: que tipo de ações um governo local pode estar implementando para favorecer o desenvolvimento sustentável? As decisões dos políticos locais, desarticuladas de outras instâncias ou de seus vizinhos, podem definir esse desenvolvimento? Existem ações de parcerias entre os políticos locais a fim de promover o desenvolvimento regional e o que tornariam efetivas essas parcerias? As políticas sociais implantadas possuem efetividade para o médio e longo prazos?

Descentralização e Reforma do Estado Brasileiro

A descentralização do sistema público brasileiro foi baseada nas experiências norteamericanas e europeias, os primeiros a perceber as fragilidades e ineficiências dos sistemas burocráticos até então vigentes. Osborne e Gaebler (1994) explicam que as burocracias hierárquicas e centralizadas, que foram concebidas nas décadas de 30 e 40 não funcionam mais no quadro altamente mutável da sociedade e da economia dos anos 90, rico em informações e conhecimento. Eram modelos adequados à era industrial, cujas preocupações se concentravam principalmente nos controles internos às organizações, sujeitos a cadeias de comandos hierárquicas. Com o passar do tempo, as burocracias se tornaram lentas e ineficientes, funcionando com desperdício de recursos.

No Brasil, a reforma foi iniciada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/1998). O novo modelo de gestão prevê a *descentralização das organizações públicas* e a implementação de uma *adminis-*

tração pública gerencial, caracterizada pela *eficiência e qualidade*, que tem seu *foco no cidadão*, conforme lembram Bresser Pereira (2004), Falconer (1999) e Pacheco (1999).

Contudo, o modelo tradicional de gestão pública parte do pressuposto de que a administração e a política são assuntos que devem ser tratados separadamente. O novo modelo, ao contrário, tem seus reflexos em todas as instâncias do governo, exigindo um amadurecimento no processo político a fim de tornar a democracia mais participativa. As dificuldades para se implantar uma administração pública gerencial em países emergentes, como é o caso do Brasil, residem no amadurecimento político, ainda prematuro da sociedade, tendo em vista os longos períodos de regimes antidemocráticos e centralizadores, como foi o Regime Militar (1964 –1985). O processo de redemocratização brasileiro envolveu mudanças significativas nos processos políticos, econômicos e sociais brasileiros, porém, como afirma Cardoso (2003, p.16), “reformular o estado não significa desmantelá-lo”.

A mudança significa abandonar as visões do passado de um estado paternalista e assistencialista, que se concentrava basicamente na produção direta de bens e serviços e transferir tais atividades à sociedade, à iniciativa privada, com maior eficiência e menor custo para a sociedade, cabendo ao Estado as funções estratégicas relacionadas às políticas públicas e a garantia de que os serviços sejam prestados de forma efetiva para a sociedade. Não se trata, entretanto, de um processo apenas. Envolve toda uma mudança de mentalidade, muito mais profunda do que se imagina, porque implica em práticas que estão enraizadas na sociedade. (CARDOSO, 2003, p.17).

A questão da descentralização dos governos traz a necessidade de se prever problemas que até então não existiam. A autonomia das localidades para resolver questões que exigem rapidez não era uma preocupação relevante dos governos

¹ Dados obtidos do censo 2000 do IBGE.

² Dados obtidos do censo 2000 do IBGE.

“ O estágio político das cidades norte-americanas é muito diferente do caso brasileiro... ”

centralizados. Surgiu a necessidade do governo preventivo, ou seja, como lembram Osborne e Gaebler (1994), a “necessidade da prevenção em vez da cura”. Em governos regionais, para se transformar a previsão em prevenção, os governos carecem de jurisdição sobre os problemas que vão enfrentar. Exige ainda que a sociedade se encontre em um patamar político mais elevado que as democracias de elite e de opinião pública comuns nos países emergentes. Segundo Bresser Pereira (2004), é vital que a sociedade esteja se encaminhando para uma democracia participativa a fim de corresponder às novas demandas sociais impostas pelo esvaziamento de instâncias federais e estaduais.

Ao contrário dos Estados Unidos, que iniciaram a implantação da administração pública gerencial a partir dos governos locais e estaduais e somente no governo Clinton se expandiu para o governo federal, no Brasil o movimento se iniciou a partir do governo federal e se expande para os estados e municípios, como lembra Pacheco (1999). O estágio político das cidades norte-americanas é muito diferente do caso brasileiro, que obriga os governos locais a se ajustarem às novas responsabilidades e novas demandas. Bresser Pereira (2004) reconhece que, embora o Brasil apresente evolução paralela ao que vem ocorrendo em países desenvolvidos, ainda ocorrem alguns retrocessos pontuais que vão sendo corrigidos à medida que a Constituição de 1988 é emendada.

Para se entender a dimensão das reformas da gestão pública brasileira no âmbito dos municípios, é preciso atentar que os municípios eram apenas componentes dos estados até a Constituição de 1988. A partir daí passam a ter *status* de unidade da

Federação dotadas de autonomia política, administrativa, financeira e normativa. De acordo com Silva (1989):

- a) A autonomia política garante ao município o direito de eleger o respectivo Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores e se auto-organizar mediante a elaboração de lei orgânica própria;
- b) A autonomia administrativa possibilita ao município organizar os serviços locais, criar órgãos da administração direta e indireta;
- c) A autonomia financeira assegura ao município a possibilidade de instituir e arrecadar seus tributos, além de aplicar seus recursos;
- d) A autonomia normativa assegura a capacidade de elaborar suas próprias leis, no limite de sua competência constitucional.

Vale ressaltar que a autonomia financeira dos municípios é relativa em função do sistema tributário vigente no país, como lembra Bremaeker (2004). “O fato é que a autonomia tributária dos municípios ainda é frágil, pois os principais tributos são reservados à União e aos estados”. A composição da receita dos municípios se dá através da receita tributária própria³ somada aos repasses governamentais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)⁴ proveniente da União e a Quota-Parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (QPM-ICMS)⁵ repassadas pelos estados. Essas transferências representaram 37,2% de toda a receita dos municípios do Estado de São Paulo, em 2003. (RECEITA, 2004, p.28).

Verifica-se, de fato, uma autonomia relativa no aumento das receitas dos governos locais, apesar dos repasses municipais representarem um significativo aumento da com-

posição da renda dos municípios. Rolnik (2000), entretanto, pondera que a necessidade de recursos financeiros a fim de cumprir as novas competências municipais no setor social (educação, saúde, assistência, habitação) é muito maior que os repasses financeiros provenientes das instâncias estadual e federal.

É fato, também, que as grandes cidades tiveram suas receitas diluídas para regiões e municípios que não possuem capacidade arrecadatória devido à baixa atividade econômica. Gomes e Mac Dowell (2000) apontam as conseqüências indesejáveis do arranjo fiscal:

- a) aumentaram os volumes absoluto e relativo de transferências de receitas tributárias originadas nos municípios grandes para os municípios pequenos (e do Sudeste para o resto do país), com o provável efeito líquido de desestimular a atividade produtiva realizada nos grandes municípios (e no Sudeste), sem estimulá-la nos pequenos municípios ou nas demais regiões;
- b) beneficiaram a pequena parte (não necessariamente a mais pobre) da população brasileira que vive nos pequenos municípios, ao destinarem mais recursos para as respectivas prefeituras, e prejudicaram a maior parte da mesma população, que habita os outros municípios, cujos recursos se tornaram mais escassos;
- c) aumentaram os recursos utilizados no pagamento de despesas com o Legislativo e, provavelmente, as despesas administrativas em geral, ou seja, os custeios de gabinetes de prefeitos, câmaras de vereadores e administrações municipais, ao mesmo tempo em que reduziram, em termos relativos, o montante de recursos que o

³ Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Imposto Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Serviços (ISS), Taxas e Contribuições de Melhorias, como por exemplo a Taxa de Lixo.

⁴ O FPM é composto por 22,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os critérios de distribuição baseiam-se em percentuais estabelecidos entre municípios do interior e capitais ponderados de acordo com a população. Para as capitais são levados em conta a renda per capita como redutor.

⁵ O QPM-ICMS possui critérios de distribuição baseados em vários itens, inclusive por áreas cultivadas, inundadas e protegidas e outros.

setor público (União, estados e municípios) tinha disponíveis para aplicar em programas sociais e em investimentos.

Uma ponderação interessante sobre essa nova geração de criação e emancipação de municípios é efetuada por Fleury (2003), que avalia os objetivos muito mais de natureza política do que de expansão da atividade econômica, como foi no passado recente, quando da expansão do Vale do Paraíba ou do Oeste Paulista. Por outro lado, as análises sobre a viabilidade econômica dos municípios recém criados ou emancipados concentram-se, sobretudo, em indicadores econômicos e financeiros comparativos da composição de renda versus número de habitantes dos municípios:

As transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), têm se constituído na principal fonte de renda para nada menos que 86% dos municípios paulistas com menos de 5 mil habitantes. (...) fica claro que quanto menor o município, menor a participação das receitas próprias e maior a dependência do FPM na composição total da receita (...) é importante assinalar o processo de repartição das cotas do FPM entre os municípios. Os coeficientes de distribuição dessas cotas são regressivos, ou seja, favorecem os municípios de menor população, ocorrendo uma transferência de recursos gerados nos municípios de maior porte. (BRAGA e PATÉIS, 2003, p.13).

Os autores, contudo, apresentam um argumento que pode ser considerado positivo baseado na idéia de que a transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres estaria promovendo um processo de redistribuição de riquezas, mas questionam o próprio argumento quando se leva em consideração o peso da máquina administrativa criada junto com a instalação do município. Avaliam que esses gastos se tornam proporcionalmente maiores quanto menor for a população dos municípios.

Os municípios que se emanciparam criaram estruturas públicas,

legislativas e executivas, que, num primeiro olhar, sugerem mais despesas aos cofres públicos. Mas também aumentou a participação popular nos eventos locais que definem os quadros políticos com muito mais agilidade que no passado recente. De acordo com Bremaeker (2001), 61,2% dos prefeitos dos municípios emancipados em 1997 conseguiram se reeleger, numa demonstração de satisfação da população, principalmente pela possibilidade de acesso a uma gama de serviços públicos inexistentes, até então.

Se por um lado a redistribuição de recursos financeiros criou consequências indesejáveis do ponto de vista econômico, vale analisar os efeitos dos avanços da democracia na qualidade de vida das pessoas e no efetivo exercício da cidadania. Bremaeker (2001), sugere que, antes de se efetuar um julgamento de valor, é necessário que se vivencie o ambiente que motiva a emancipação de um espaço do território, visto que “é onde a teoria não tem nada a ver com a prática”. Pesquisa realizada junto aos municípios emancipados e com aqueles de onde se originaram os novos municípios mostra que mais de 75% dos casos a comunidade de estava insatisfeita com a atenção que lhe era dispensada pelo município de origem. Bremaeker (2001), acredita que a emancipação passa a representar para a comunidade o real acesso a toda uma gama de serviços públicos a que jamais teriam acesso:

Bem ou mal, a comunidade passa a gerir seus destinos quanto à educação, à saúde e à assistência social. Além disso, passa a construir e depois conservar as vias urbanas, as estradas e caminhos vicinais, a cuidar da limpeza pública e, de alguma forma, prover o saneamento básico. (BREMAEKER, 2001, p.9).

Os municípios brasileiros tiveram, de fato, reforçada a sua autonomia política, um fortalecimento financeiro pelas transferências governamentais e, sobretudo, uma intensificação da vida política das localidades. Entretanto, de acordo com Rolnik (2004), “as posturas muni-

“ Diante da ausência de um espaço político regional, os governos locais acabam sendo sub-representados em processos decisórios relevantes... ”

palistas, visíveis através da guerra fiscal entre os estados e municípios, se assemelha ao neolocalismo norte-americano, efeito da fragmentação da ação pública circunscrita ao espaço das cidades”. Esse comportamento é inadequado para as políticas de geração de novos empregos e renda e demonstra a ausência de coordenação entre os políticos locais, com vistas à solução de problemas que transcendem os limites das cidades e para o estabelecimento de estratégias coordenadas de desenvolvimento econômico regional. Além das questões relacionadas à gestão da infra-estrutura urbana, outros temas essenciais começam a surgir com os processos de descentralização, como o desenvolvimento econômico, que possui características nitidamente regionais. Diante da ausência de um espaço político regional, os governos locais acabam sendo sub-representados em processos decisórios relevantes. (ROLNIK, 2004).

A Região Nova Alta Paulista

A região da Nova Alta Paulista, localizada no Sudoeste do estado de São Paulo, é composta por um *corredor* de pequenas cidades das micro-regiões de Dracena, Adamantina e Tupã. Possui uma área de 8.827 km² e população de 368.073 habitantes distribuídas por 31 pequenas cidades, que surgiram em decorrência da construção da Ferrovia Paulista, na década de 1940, devido à expansão da cultura do café. Com o declínio da economia baseada na cafeicultura, a região se encontra sem vocação definida para o seu desenvolvimento econômico. Ocorreu um êxodo rural importante aumentando signifi-

Quadro 01 – Perfil das Cidades da Nova Alta Paulista (SP)

Cidade (Ano da Instalação)	Habitantes	Densidade demográfica	Taxa Urbanização	Renda Per Capita	IPRS 1997	IPRS 2002	IDH-M 1991	IDH-M 2000	Ranking Estado
Adamantina (1948)	33.497	81,10	90,66	355,00	3	4	0,751	0,812	98 ^a
Arco Íris (1997)	2.163	8,20	49,38	156,70	4	4	0,667	0,708	630 ^a
Bastos (1944)	20.588	120,5	82,77	247,30	3	3	0,761	0,798	179 ^a
Dracena (1948)	40.500	82,70	91,74	363,00	4	3	0,737	0,800	169 ^a
Flora Rica (1953)	2.177	9,60	72,03	191,20	3	4	0,687	0,747	550 ^a
Flórida Paulista (1948)	11.106	21,10	80,88	219,50	4	4	0,704	0,767	417 ^a
Herculândia (1944)	7.992	21,80	85,42	201,70	3	5	0,685	0,738	583 ^a
Iacri (1959)	7.038	20,80	70,69	212,10	3	4	0,695	0,775	355 ^a
Inúbia Paulista (1958)	3.318	38,20	83,30	219,50	3	3	0,716	0,786	272 ^a
Irapuru (1953)	7.457	34,90	75,49	207,30	3	4	0,707	0,760	468 ^a
Junqueirópolis (1948)	17.005	29,10	78,92	244,50	3	3	0,685	0,766	422 ^a
Lucélia (1944)	18.316	58,00	85,71	260,10	4	4	0,727	0,782	299 ^a
Mariápolis (1953)	3.854	20,60	72,73	185,20	3	4	0,693	0,739	580 ^a
Monte Castelo (1953)	4.089	17,50	73,47	208,30	4	4	0,681	0,743	566 ^a
N.Guataporanga (1959)	2.087	61,00	82,80	184,30	3	4	0,678	0,740	577 ^a
Osvaldo Cruz (1944)	29.648	119,20	88,17	320,40	3	3	0,749	0,798	179 ^a
Ouro Verde (1953)	7.148	26,70	88,70	156,00	4	4	0,644	0,723	617 ^a
Pacaembu (1948)	12.518	36,70	75,87	238,90	3	3	0,716	0,763	445 ^a
Panorama (1953)	13.649	38,50	92,79	282,60	4	5	0,695	0,783	288 ^a
Parapu (1944)	11.104	30,30	76,49	342,40	3	4	0,701	0,792	220 ^a
Paulicéia (1948)	5.302	14,10	74,20	215,40	4	4	0,672	0,754	511 ^a
Pracinha (1997)	1.431	22,60	82,88	159,80	4	5	0,662	0,744	562 ^a
Queiroz (1964)	2.171	9,10	76,42	171,00	3	3	0,676	0,730	608 ^a
Quintana (1944)	5.443	17,00	90,30	215,80	3	4	0,695	0,741	573 ^a
Rinópolis (1944)	10.255	28,50	77,50	229,80	3	4	0,670	0,757	487 ^a
Sagres (1959)	2.439	16,30	64,70	166,50	3	3	0,668	0,723	617 ^a
Salmouro (1959)	4.401	25,40	80,91	192,10	3	3	0,661	0,734	598 ^a
Santa Mercedes (1953)	2.803	16,80	79,59	193,50	3	3	0,666	0,741	573 ^a
S J Pau Dalho (1959)	2.180	18,40	73,90	217,60	3	3	0,676	0,754	511 ^a
Tupã (1938)	63.333	100,40	95,32	352,80	4	4	0,746	0,800	169 ^a
Tupi Paulista (1948)	13.286	54,20	81,87	316,50	3	3	0,722	0,792	220 ^a
Totais / Médias	368.298	39,69	79,85	233,10					

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, versão 2000.
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, versão 2004.

cativamente a população urbana de maneira desproporcional à oferta de geração de emprego e renda.

No quadro 01 pode-se perceber que a maioria das cidades foi constituída na década de 1940 cuja finalidade específica era a incorporação de novas áreas territoriais à produção econômica dominante, a cafeicultura. Percebe-se também que a taxa de urbanização é bastante elevada na maioria das cidades, demonstrando o movimento migratório campo-cidade, ocorrido pelo declínio da atividade agrícola. A falta de vocação econômica é visível

através da baixa renda *per capita*. Cidades paulistas, do mesmo porte demográfico, como Paulínia-SP, por exemplo, que possui atividade econômica expressiva, apresenta uma renda *per capita* de R\$ 503,30. São Caetano do Sul, a primeira colocada no ranking do estado, tem uma renda *per capita* de R\$834,00.⁶

Para se avaliar a qualidade de vida e o estágio de desenvolvimento social das cidades da Nova Alta Paulista, foram selecionados dois índices. O primeiro, Índice de Desen-

volvimento Humano dos Municípios (IDH-M) é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início da década de 1990, cujo objetivo foi classificar os países e regiões pelo tamanho do seu PIB *per capita*. Com a evolução das condições de vida das pessoas, tal critério tornou-se insuficiente para avaliar o nível de desenvolvimento humano e o bem-estar das pessoas. Foram incluídas outras di-

⁶ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, versão 2004.

mensões, consideradas fundamentais na vida e na condição humana, que são: longevidade (saúde e esperança de vida); educação (taxa de alfabetização dos adultos e taxa de matrícula combinada nos níveis fundamental, médio e superior); renda (poder de compra da população, ajustado ao custo de vida local).

A metodologia de cálculo envolve transformar essas três dimensões em índices e a combinação deles resulta num *indicador síntese*, que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do país ou região. A adaptação do índice para os municípios envolve o refinamento das dimensões riqueza, longevidade e escolaridade levando-se em conta características locais.⁷

A crescente classificação no IDH-M, entre 1991 e 2000, em todos os municípios, sugerem que os recursos financeiros governamentais foram decisivos para a melhoria da qualidade de vida das cidades, principalmente aquelas com menos de 5 mil habitantes, cujas receitas próprias são insignificantes se comparadas aos repasses governamentais. A dimensão que mais contribuiu para a elevação dos índices foi a escolaridade em todas as cidades e a que apresentou menor contribuição foi a dimensão riqueza, que apresentou diminuição em várias cidades. Percebe-se ainda que o IDH-M da maioria das cidades da região concentram-se em torno de 0,7 – 0,8, o que significa que as cidades se encontram muito próximas de um alto desenvolvimento humano, segundo os critérios do IDH-M.

O segundo, Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), versão 2004, apurado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) é uma ferramenta usada para avaliar e redirecionar os recursos públicos voltados para o desenvolvimento dos municípios paulistas. Segundo a SEADE, não se trata de avaliar um desenvolvimento comum, mas aquele do qual a sociedade participe e se beneficie, na procura por um maior equilíbrio econômico e social do Estado. Embora com metodologias discretamente distin-

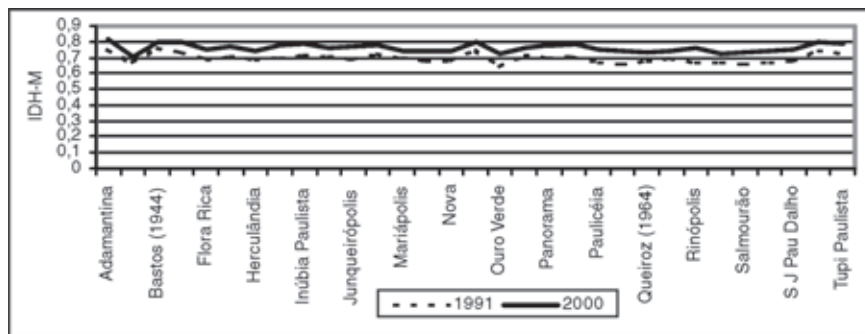


Gráfico 01 – Variação do IDH-M entre os anos de 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. IDH 2000.

Nota: 0,5 a 0,8 – médio desenvolvimento humano. Acima de 0,8 – alto desenvolvimento humano.

Quadro 02 - Critérios adotados na Formação dos Grupos do IPRS dos Municípios Paulistas

Grupo	Riqueza	Longevidade	Escolaridade
1	alta	alta / média	alta / média
2	alta	baixa / média	média / baixa
3	baixa	alta / média	alta / média
4	baixa	baixa / média / alta	alta / média / baixa
5	baixa	Baixa	baixa

Fonte: Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. Versão 2004.

Nota: Escolaridade: baixa=até 40 pontos; média=de 41 a 46 pontos; alta=acima de 47.

Longevidade: baixa=até 66 pontos; média=de 67 a 72; alta=acima de 73.

Riqueza: baixa= até 40 pontos; alta=acima de 41.

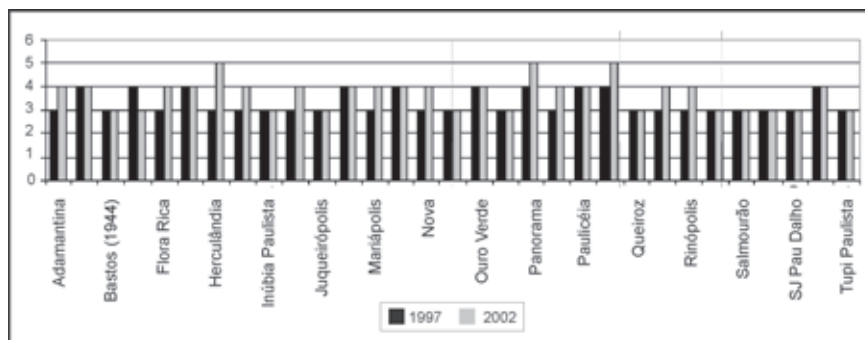


Gráfico 02 – Variação do IPRS entre 1997 e 2002

Fonte: Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. Versão 2004.

tas, tanto o IDH-M quanto o IPRS se baseiam nos critérios das três dimensões: riqueza, longevidade e escolaridade.⁸

Como pode ser observado na Figura 02, dois terços dos 31 municípios da região estavam classificados, em 1997, no grupo 3 (baixa riqueza e bons indicadores sociais) e os de-

mais no grupo 4 (baixa riqueza e um dos indicadores sociais insatisfatório). Entretanto, entre 1997 e 2002 ocorreu uma inversão. Apenas 12 cidades se mantêm no grupo 3 e as demais perderam pontos. A dimensão escolaridade aumentou significativamente em todos os municípios do mesmo modo como a dimen-

⁷ A metodologia de apuração do IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano para os municípios pode ser obtida no Atlas do Desenvolvimento Humano 2000, disponível no portal do IBGE <<http://www.ibge.gov.br>>.

⁸ A metodologia de apuração do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social pode ser obtida no portal do SEADE <<http://www.seade.gov.br>>.

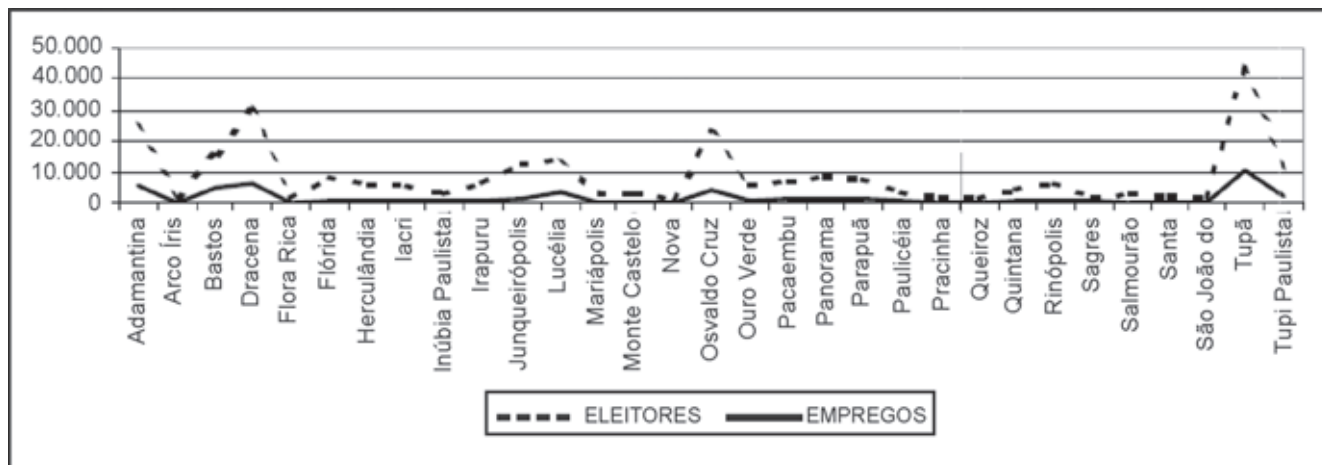


Gráfico 03 – Eleitores (População Adulta) x Empregos na Nova Alta Paulista

Fonte: Sistema Estadual de Análise de Dados. SEADE. 2004.

são riqueza diminuiu em todos os municípios. A dimensão longevidade variou muito entre os municípios, o que pode estar relacionado a uma diminuição do atendimento à saúde; aumento da mortalidade infantil ou de jovens adultos (pode se relacionar à violência urbana), dentre outros. De modo geral, os indicadores apontam para o empobrecimento das cidades e o aumento de problemas sociais da região nos últimos anos. Para uma avaliação mais detalhada, como por exemplo, se o empobrecimento das cidades está diretamente relacionado ao aumento dos problemas sociais seria necessário uma investigação mais detalhada, o que não é objeto desse estudo.

Embora a região apresente um potencial interessante para seu desenvolvimento sustentável, em função dos indicadores sociais favoráveis, percebe-se que não existem praticamente empregos formais disponíveis na região. A Fiura 03 aponta a baixíssima atividade na geração de empregos da região. Apenas cerca de 20% da população adulta possui emprego formal na região.

Em busca da Vocação Econômica

Desde que a cafeicultura deixou de ser a base da economia de sustentação, a região não possui uma vocação econômica definida. Parece não haver consenso entre as autoridades e formadores de opinião sobre esse tema, levando-se em con-

ta as opiniões obtidas nas entrevistas, que não se mostraram convergentes sobre o futuro econômico da região. A opinião de José Alvarenga, jornalista, empresário e um dos primeiros moradores da cidade:

Oswaldo Cruz cresceu muito pouco nos últimos dez anos. Precisa de empresas geradoras de empregos. Já existem algumas indústrias, como a Granol que fabrica óleo de soja. Porém, aqui na região não tem soja, porque a soja precisa de grandes áreas para ser cultivada. Se não existe matéria prima, inviabiliza. (José Alvarenga, 2004).

O ex-prefeito Valter Luis Martins (2004), que governou a cidade de Oswaldo Cruz em duas gestões seguidas, acredita na força do apoio às micro e pequenas empresas e no desenvolvimento humano a fim de incentivar o empreendedorismo:

Já está havendo uma transformação na região. O SEBRAE⁹ tem atuado fortemente e já tem apresentado resultados na capacitação de empreendedores que queiram montar suas micro e pequenas empresas. A soja já começa a ser plantada e a cana-de-açúcar já está demandando a implantação de mais duas destilarias, apesar de já se ter bastante usinas na região (...) Devemos continuar essa política de apoiar as micro e pequenas empresas (...) Não dá para acreditar que você vai trazer indústrias grandes, de 500 funcionários. Continuar in-

vestindo na capacitação e treinamento das pessoas, escolas profissionalizantes, tentar uma FATEC¹⁰ para reter as pessoas da região. O micro empresário representa a grande oportunidade de emprego. Apoiar a agricultura porque ainda é importante para região. Devemos investir nas pessoas. (Valter Luis Martins, 2004).

O prefeito Wilson Pigossi (2004), recém empossado em Oswaldo Cruz acredita mais no agronegócio como vocação para a região:

O desenvolvimento da região é muito importante, principalmente porque a nossa região é conhecida como o *corredor da fome*. É difícil, pois antigamente a economia era baseada na cafeicultura e hoje é a monocultura de cana-de-açúcar. Como o Brasil vai exportar açúcar para China, vejo isso com bons olhos, mas não gostaria que fosse só cana-de-açúcar. Acho que Oswaldo Cruz deve desenvolver outras culturas (...) Temos de pensar no agronegócio como um todo. Porque tem os empregos diretos e indiretos. Para alguma coisa nossa terra é boa. Nosso agricultor tem que ser capacitado, e a prefeitura tem que propiciar isso para ele. Por ser uma região de terras boas, temos condição de ter agronegócio, porque o pequeno agricultor rural está morrendo. A nossa região produz café e cana-de-açúcar. O gado já não é um bom negócio. O agricultor está querendo apenas viver porque os filhos se formam e não fi-

⁹ SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

¹⁰ Faculdade de Tecnologia.

cam mais na agricultura. O pai se obriga a arrendar a terra para a cana-de-açúcar. (Wilson Pigossi, 2004).

O empresário Miguel Cunha (2004) tem uma visão de médio e longo prazos baseada na crença de que Osvaldo Cruz possa se transformar na *capital* de produtos de dança do Brasil. Já existe uma grande empresa nessa atividade se desenvolvendo na cidade e a estratégia seria atrair outras empresas do setor a fim de se formar um Arranjo Produtivo Local (APL) através de parcerias que permitissem dar uma visibilidade internacional ao setor. Duas outras possibilidades de geração de emprego e renda na região são descartadas, pelo empresário, pelas características regionais. A primeira seria Osvaldo Cruz se tornar um centro produtor de matéria prima, mas, a região não possui nenhum recurso natural que pudesse consolidar essa atividade. A segunda seria Osvaldo Cruz e região se transformarem em um centro consumidor de produto final, que também não é adequada em função de não existirem grandes cidades, que seriam os centros consumidores de produto final. Sua visão está focalizada no caminho estratégico de a cidade se valer do forte sentimento de regionalidade dos *filhos da terra*, para atrair investimentos de médio e longo prazos:

A única forma de trazer uma grande empresa já instalada para a sua cidade, é por vínculo familiar. O amor à terra é muito forte na vida das pessoas. Buscar pessoas que nasceram em Osvaldo Cruz ou que tem familiares em Osvaldo Cruz e estão instaladas em outras cidades e fazer um convite para que eles voltem às origens. O interior hoje tem muito mais benefícios do que São Paulo, que se tornou uma cidade de serviços. Aqui não tem problemas de greve, de enchentes, não tem o problema de transporte, que em São Paulo, tem. Não vejo outra possibilidade, já que você não é produtor de matéria específica nenhuma e nem um centro consumidor de produto final. (Miguel Cunha, 2004).

Os depoimentos obtidos sugerem que, embora ainda não exista um consenso sobre o futuro sustentável

da região, ou seja, ainda não se definiu *qual é o negócio* que será o foco do projeto de desenvolvimento econômico sustentável, existe uma movimentação prática no sentido de se buscar esse consenso entre as autoridades, empresários e formadores de opinião.

Consórcios e Parcerias Regionais

Uma outra questão levantada nas entrevistas foi a possibilidade de se criar consórcios e parcerias entre os governos locais a fim de se promover projetos integrados. Já existe uma entidade formada na região: a Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMINAP), que congrega 30 dos 31 municípios da região. O prefeito de Dracena é o líder da associação, eleito entre os 30 representantes dos municípios associados. O depoimento de Walter Góes (2004), ex-vice-prefeito, representante de Osvaldo Cruz na AMINAP exemplifica alguns dos projetos que estão sendo conduzidos em parceria regional:

Existem alguns projetos sendo discutidos, como por exemplo, a construção de uma ponte que ligará o estado de São Paulo ao estado de Mato Grosso, que já possui o leito carroçável construído, faltando apenas alguns detalhes para a sua conclusão. Como já ocorreu uma dotação orçamentária da bancada paulista na Assembléia Legislativa, para o término da ponte, então existe o interesse por parte do governo do estado, exatamente pela pressão dos municípios da Nova Alta Paulista para concluir a ponte. Na nossa rodovia passam 8 mil carros por dia. Com a ponte já funcionando, provavelmente esse número quase deverá triplicar. Nós teremos aí em torno de 23 mil carros por dia. Evidentemente acaba sendo um incentivo para a região. Incentivo de movimento, incentivo para investimento, incentivo ao corredor de tráfego que passa a ser importante para a região, porque os empresários acabam vendo a região como um local interessante para investir. (Walter Góes, 2004).

Um caso observado na região de Osvaldo Cruz é o consórcio para manutenção das estradas intermunicipais. Segundo o ex-prefeito de Os-

“ Um conjunto dessas máquinas custam mais de R\$1,5 milhão. Qual município tem condição de investir esse dinheiro? ”

valdo Cruz, Valter Luis Martins (2004), a implantação de patrulhas agrícolas através de consórcio intermunicipal tem como objetivo fiscalizar e melhorar as estradas municipais. O governo do estado financia por seis anos um conjunto de máquinas – patrol, pá carregadeira, esteira e retroescavadeira e esse dinheiro já é descontado da verba que o governo estadual repassa aos municípios. Os municípios se associam através de um consórcio e adquirem essas máquinas para poder trabalhar. “Um conjunto dessas máquinas custam mais de R\$1,5 milhão. Qual município tem condição de investir esse dinheiro? O nosso consórcio já adquiriu um segundo conjunto de máquinas. Isso começou em 2001”.

A importância da construção de um hospital regional para o atendimento de altas complexidades médicas é um dos temas a ser conduzido através de parceria entre as cidades da região. Os médicos e pacientes da região deslocam-se até Marília (300 km de Dracena) para intervenções médicas mais complexas. Embora exista um consenso sobre a necessidade de um hospital regional dessa natureza, não existe acordo sobre qual seria a cidade da região escolhida para se construir o hospital. Nesse momento percebe-se a dificuldade em se promover alianças entre os governos locais a fim de se obter vantagens coletivas:

Nós pertencemos a uma região que nós definimos que é a região da Nova Alta Paulista. Nós queríamos uma individualização desta região tornando-a, inclusive, região administrativa, mas por uma falta de consenso político, por interesses de Dracena, Adamantina, Osvaldo Cruz e Tupã que gostariam de ser

a sede dessa região administrativa, acabou não acontecendo, aqui, a formação de uma região administrativa. E isso é fundamental para a ajudar o desenvolvimento dessa região. Por que aí você teria definições e decisões políticas, representantes políticos da região administrativa. (Walter Góes, 2004).

Percebe-se aqui algo semelhante ao paradoxo constatado na gestão de áreas metropolitanas, que envolvem negociações entre os atores, mesmo em experiências internacionais como Estados Unidos, Europa ou Caribe e América Latina. Um dos pontos centrais da questão metropolitana reside em como superar a cultura de jogo de soma zero, ou seja, superar a percepção coletiva de um conjunto de atores públicos e privados de que o ganho de um representa necessariamente um prejuízo para o outro.

De acordo com Rolnik (2004), é necessário alertar para os efeitos perversos da competição entre cidades, gerada por um individualismo local que pode se tornar excessivo e destrutivo entre localidades e regiões. A construção de redes cooperativas e solidárias entre municípios, buscando a solução de problemas comuns, pode fortalecer a identidade supralocal e reforçar a nacionalidade. A associação de municípios em consórcios foi uma das respostas que emergiram recentemente para enfrentar os limites da ação puramente municipal. É importante que ocorra um amadurecimento das relações entre os agentes nos temas de cooperação, ação coletiva e mobilização produtiva de atores públicos e privados para que os projetos estratégicos se viabilizem, pois os espaços econômicos existentes no país são marcadamente regionais e não municipais. A territorialidade da agroindústria da cana de açúcar e da laranja, por exemplo, extrapolam as fronteiras municipais. As redes de infra-estrutura, que se encontram hoje sob as esferas federal e estadual, transcendem os limites dos municípios e dificilmente uma cidade isolada tem força política para determinar a estratégia de investimento na região. Diante da ausência de

um espaço político regional, é essencial que os governos locais se organizem nas reivindicações regionais. A associação dos municípios em consórcios foi uma das respostas que surgiram para discutir questões relacionadas aos espaços intermunicipais. (ROLNIK, 2004).

Políticas Sociais Sustentáveis

O primeiro depoimento sobre o significado de políticas sociais que atuam como alicerces para programas estratégicos de desenvolvimento sustentável para a região mostrou um compromisso da cidade de Osvaldo Cruz com projetos mais abrangentes de formação educacional e cultural dos jovens que vão além dos projetos assistencialistas. O projeto Guri, concebido e implantado pela vereadora Izaltina Otaviani, ilustra o comprometimento da população com as políticas sociais sustentáveis:

Inclusão social para mim é aula de música, informática, teatro, cultura. O Projeto Guri, por exemplo. Eu trouxe professores de violino, violoncelo, bateria de outras cidades para ensinar os meninos. O projeto está funcionando há seis anos. Em 1996 eu não pude ir a uma reunião de Secretários da Cultura em São Paulo, mas passei o dia inteiro em frente à TV anotando tudo o que eu achava importante sobre o projeto. Passei o ano de 1997 inteirinho lutando com o Valtinho¹¹ até que eu consegui. (Izaltina Otaviani, 2004).

O Projeto Guri iniciou suas atividades em março de 1998 e após três meses, em junho do mesmo ano, fizeram a primeira apresentação, na comemoração do aniversário da cidade. Possui atualmente duas orquestras sinfônicas que utilizam o prédio do antigo almoxarifado da prefeitura para suas atividades. Os componentes das orquestras são jovens carentes de 7 a 18 anos, que saem do projeto exercendo a atividade de professores de música em conservatórios musicais de outras cidades do interior paulista. Os instrumentos foram doados pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

A mudança de comportamento dos jovens é notável. Existem es-

tudos psicológicos que afirmam que a criança que pega num instrumento musical jamais pega numa arma. Além da inclusão social, abrimos as portas para o menor exercer uma profissão, como músico ou professor. Alguns alunos que já saíram, estão fazendo curso de música em Tatuí, que é o centro da música. (Izaltina Otaviani, 2004).

O depoimento da Diretora da Ação Social de Osvaldo Cruz, Vera Furini (2004), comprova o acesso, relativamente fácil, aos recursos financeiros provenientes dos programas de âmbito estadual ou federal, a fim de que os municípios cumpram sua parte nas políticas públicas.

Particularmente, em Osvaldo Cruz, vêm se discutindo as políticas e programas de inclusão social, depois da implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que virou política pública e está em pé de igualdade com a educação e a saúde (...) A lei tem uma série de critérios, onde define o dever do estado e o direito do cidadão. Após dez anos da implantação da LOAS, já conseguimos pelo menos isso. Não se trabalha mais com clientelismo. (Vera Furini, 2004).

Contudo, percebem-se dificuldades no atendimento das demandas sociais da população carente, em função das verbas insuficientes dos repasses governamentais e da incapacidade do município em gerar recursos financeiros para essa finalidade, pois, segundo Vera, Osvaldo Cruz não tem como gerir sua própria política social.

Qualquer município do porte de Osvaldo Cruz, abaixo de 50 mil habitantes, não tem condições de gerir a sua própria política. Atualmente atendemos 213 famílias no programa de Renda Cidadã, inclusive famílias de detentos, que são famílias de extrema de pobreza. (...) Nós temos excelentes projetos, excelentes entidades não-governamentais, mas não temos condições para um atendimento generalizado. Por exemplo, você atende 115 crianças, mas você tem 500 que

¹¹ Referência ao prefeito Valter Luis Martins.

“ A principal preocupação do projeto Ação Social de Osvaldo Cruz é a falta empregos formais para que os programas sociais desenvolvidos se tornem efetivos nos médio e longo prazos...”

precisam de atendimento. Por isso, a gente tem eficácia e eficiência, mas não tem a efetividade das ações. (Vera Furini, 2004).

A principal preocupação do projeto Ação Social de Osvaldo Cruz é a falta empregos formais para que os programas sociais desenvolvidos se tornem efetivos nos médio e longo prazos. Para que o adolescente possa participar do programa Agente Jovem é obrigatória sua permanência na escola a fim de que possa receber os R\$ 65,00 mensais.

Através desse trabalho, começamos a perceber que tínhamos melhores condições de inserir o jovem na sua comunidade: ele está melhor preparado para resolver os problemas da sua comunidade e inserido no mercado de trabalho, onde o resultado seria efetivo se houvessem possibilidades de empregos (...) Não tem projetos com empresas. Existem parcerias, mas projetos com empresas ainda é um sonho. Ter um projeto que não envolva governo municipal, estadual ou federal. Aquela empresa assumir um determinado projeto de geração de empregos seria perfeito. (Vera Furini, 2004).

Conclusão

Pelo exame dos dados e dos depoimentos apresentados, é possível afirmar com alguma segurança que, por mais que os governos locais se tornem empreendedores, não haverá desenvolvimento sustentável para as pequenas cidades sem se implan-

tar estruturas econômicas significativas de âmbito regional que possam catalisar os esforços individuais e transformar a região em algo visível nacional ou internacionalmente.

Pode ser constatado, de fato, que a atividade política das pequenas cidades foi intensificada e os governos são muito mais cobrados em seus atos, se comparados ao passado recente. Qualquer ação política isolada, que não possua o respaldo popular, é contestada de forma ágil através de mobilizações e participações populares e a resposta efetiva ocorre no momento das eleições.

Também é notável o movimento de parcerias em torno dos prefeitos das pequenas cidades da região. Entretanto, trata-se de parcerias em ações do dia-a-dia, que não podem ter a pretensão de alavancar o desenvolvimento sustentável, uma vez que os projetos resumem-se a terceirizações de serviços públicos ou algum projeto de mobilização da sociedade para melhorias urbanas eventuais. Contudo, não se pode minimizar o valor potencial dessa geração de emprego e renda miúda, pois a tendência é que quanto mais organizadas forem essas parcerias, melhores os resultados para a região, para o estado e consequentemente para o país. Existe uma engenhosidade nas pequenas soluções que se somadas acabam significando um todo maior que a soma das partes.

Contudo, mesmo se considerando os avanços políticos nas localidades com o desenvolvimento da democracia participativa e que poderão resultar em desenvolvimento humano das localidades mais pobres e desprotegidas, a ausência de estratégias de médio e longo prazos, que criem mecanismos para a geração de emprego e renda a fim de diminuir a dependência dos municípios dos repasses governamentais poderá acarretar grandes impasses ainda imprevisíveis. Porter (1999) ressalta que questões relacionadas com o meio ambiente, com a pobreza urbana e com as desigualdades de renda, em geral são encaradas como problemas sociais, mas, no entanto, cada uma delas está vinculada de forma indelével com a economia e com a ge-

ração de riquezas. “A prosperidade decorre da habilidade de aumentar continuamente a produtividade”.

Referências

ATLAS IDH 2000. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. IBGE (BR). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 jul 2005.

BRAGA, Roberto e PATEIS, Carlos da Silva. Criação de Municípios: Uma Análise da Legislação Vigente no Estado de São Paulo. *Revista de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Ano IX / N° 17. janeiro-junho de 2003. pp.7-20.

BREMAEKER, François E. J. de. Evolução do Quadro Municipal Brasileiro no período entre 1980 e 2001. *Série de Estudos Especiais n° 20*. Rio de Janeiro: IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 2001.

BREMAEKER, François E. J. de. Panorama das Finanças Municipais em 2003. *Finanças dos Municípios Paulistas*. Ano 03. 2004. Vitória (ES): Aequus Consultoria, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma da Gestão e Avanço Social em uma Economia Estagnada*. Sessão Inaugural do Programa Avançado em Gestão Pública Contemporânea. CASA CIVIL / FUNDAP. São Paulo: março / 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (org). e Peter Spink. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 316p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 15-19.

FALCONER, Andres P. A Promessa do Terceiro Setor. Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do Seu Campo de Gestão. *Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (CEATS)*. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1999. 25p.

FLEURY, Sabino Fortes. Emancipação de Municípios: Um Exame de Indicadores. *Revista do Legislativo*. Número 37. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. julho-dezembro de 2003. pp.58-73. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/revista/legis/Revista37/sabino37.pdf>>. Acesso:15 jul 2005.

GOMES, Gustavo Maia e MAC DOWEL, Maria Cristina. Descentralização Política, Federalismo Fiscal e Criação de Municípios: O que É Mau para o Econômico nem sempre é Bom para o Social. *Texto para Discussão nº 706*. Brasília, IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. fevereiro de 2000.

OSBORNE, David e GAEBLER, Ted. **Reinventando o Governo. Como o Espírito Empreendedor está Transformando o Setor Público**. Trad. Sergio Fernando Guarischi Bath, Ewandro Magalhães Júnior. Brasília: MH Comunicação, 1994. 456p.

PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. In: CEPAM. Fundação Prefeito Faria Lima. **O Município no Século XXI. Cenários e Perspectivas**. ed. especial. São Paulo, 1999. 400p. p.39-49.

PORTER, Michael E. **COMPETIÇÃO = On Competition: Estratégias Competitivas Essenciais**. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1999.

RECEITA. *Finanças dos Municípios Paulistas*. Ano 03. 2004. Vitória (ES): Aequis Consultoria, 2004. pp.08-44.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. Governar as Metrôpoles. Dilemas da Recentralização. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 14, no. 4, São Paulo, Oct.Dec 2000.

SEADE (SP). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Pesquisa Municipal Unificada (PMU). Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso: 18 jan 2005.

SILVA, José Afonso da. *O Município na Constituição de 1988*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A Criação de Municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 17. Nº 48. fevereiro de 2002. pp.61-226.

Entrevistas Realizadas:

Izaltina Otaviani. Ex-vereadora e Diretora de Planejamento de Gestão Municipal da Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

José Alvarenga. Ex-secretário municipal. Proprietário do Nosso Jornal. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

Miguel Cunha. Empresário em Osvaldo Cruz. Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

Valter Luis Martins. Prefeito em exercício da cidade de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

Vera Furini. Diretora da Ação Social da Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

Walter Goes. Médico e vice-prefeito em exercício da cidade de Osvaldo Cruz. Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

Wilson Pigossi. Prefeito eleito em Osvaldo Cruz. Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz. Entrevista concedida em dezembro / 2004.

CEDRE – CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O CEDRE realiza estudos e pesquisas, elabora projetos e presta consultoria nas áreas de:

- **ECONOMIA REGIONAL E URBANA** – Análises regionais para programas de desenvolvimento – Avaliações e acompanhamento de programas de fomento – Estudos de viabilidade econômica – Estudos setoriais de oportunidades de investimento – Estudos de localização industrial – Projetos de implantação e ampliação de empresas – Diagnósticos municipais – Planejamento espacial e econômico nos planos macro e microeconômicos – Planos diretores de desenvolvimento urbano – análises urbanas).
- **TURISMO E MEIO AMBIENTE** – Planejamento turístico macro e microeconômico – Estudos de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos – Projetos turísticos – Estudos de impactos ambientais (Rima).

Sendo uma instituição universitária o CEDRE não tem finalidades lucrativas e opera em termos bastante acessíveis para as prefeituras municipais e as pequenas e médias empresas.

Tel.: (71) 3273-8528 / 3271-8780

E-mail: cedre@unifacs.br